

## **Encontro Artigo 13.º** **Seminário sobre Direitos Humanos**

**27/5/2010**



**O Centro Cultural de Moscavide acolhe, nos dias 26 e 27 de Maio, a quarta edição do Encontro Artigo 13.º, que tem como objectivo divulgar e debater práticas bem sucedidas e desenvolvidas ao nível da promoção dos Direitos Humanos no concelho de Loures e em Portugal.**

A iniciativa, organizada pela Câmara Municipal de Loures, contou na sessão de abertura com a participação de Elza Pais, Secretária de Estado da Igualdade, João Pedro Domingues, Vice-Presidente da Câmara Municipal de Loures, Sónia Paixão, Vereadora responsável pelo pelouro dos Assuntos Sociais, e do vereador Ricardo Lima.

Elza Pais felicitou o Município pela organização da iniciativa, apelidando-a de “um bom exemplo ao nível do poder local de uma estratégia de combate à discriminação e desigualdade”.

A Secretária de Estado lembrou o prémio Igualdade é Qualidade que os Serviços Municipalizados de Loures receberam da Comissão para a Igualdade do Género, aproveitando para realçar que “promover a igualdade é promover a sustentabilidade”.



Elza Pais referiu ainda que “o Governo tem feito uma aposta nesta temática e prova disso são os 83 milhões de euros destinados ao Plano para a Igualdade, que reconhece a importância da igualdade e do respeito que todas as pessoas merecem”.

João Pedro Domingues recordou o prémio atribuído em 2007 pela Fundação Calouste Gulbenkian relativo às melhores práticas autárquicas no acolhimento e integração de imigrantes, salientando que “o Município de Loures tem compreendido os direitos humanos como uma prioridade, quer na sua divulgação, quer no conhecimento efectivo da realidade concelhia”.

O Vice-Presidente do Município de Loures aproveitou para destacar o espectáculo final que decorrerá no encerramento do evento, no qual será possível “presenciar algumas das melhores experiências em termos da relação integração e cultura”, explicando que “de acordo com a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico as actividades culturais e desportivas são consideradas dois dos melhores meios para a integração de pessoas e jovens imigrantes, bem como facilitadores de um ambiente social mais seguro e de um crescimento da pessoa enquanto cidadão e membro activo da comunidade”.



Dirigida a técnicos de instituições públicas e privadas, investigadores e estudantes, esta iniciativa pretende contribuir de forma activa e empenhada para uma consciencialização e responsabilização de todos e todas no combate à pobreza.

O evento, inserido no âmbito do Ano Europeu contra a Pobreza e Exclusão Social, organizou-se em três mesas temáticas subordinadas ao mesmo denominador comum: os Direitos Humanos.



Na primeira, subordinada ao tema *A Lei dos Guetos: Segurança, Pobreza e Bairros Sociais*, foi apresentado um filme sobre as actividades do Contrato Local de Segurança e a forma como tem contribuído para a diminuição da criminalidade nos bairros sociais, tendo sido discutido a questão dos guetos como sendo uma prisão ou um refúgio, e feito um olhar de perto sobre o realojamento da Quinta da Vitória, na Portela.

*Tráfico de Mulheres e Imigração* foi o tema do segundo painel, onde se fez uma análise do sistema de monitorização do Observatório do Tráfico de Seres Humanos, do tráfico de mulheres em Portugal no ano de 2009, e sobre a exploração laboral.

Para dia 27 fica reservado o tema *Boas Práticas na Luta Contra a Exclusão*, que contará com os testemunhos de representantes de várias redes e entidades sociais que se debruçam sobre esta matéria.

O seminário findará com um espectáculo apoiado pela Comunidade dos Países de Língua Portuguesa e que conta com a presença de diversos artistas do concelho, nomeadamente os Flor-de-Lis, o Grupo Tambores de Água, da Associação de Moradores Unidos da Apelação, e o grupo de Teatro Ibisco, do Teatro Inter-Bairros para a Inclusão Social e Cultura do Optimismo.



Segundo o Artigo 13.º da Constituição da República Portuguesa, “todos os cidadãos têm a mesma dignidade social e são iguais perante a lei” e “ninguém pode ser privilegiado, beneficiado, prejudicado, privado de qualquer direito ou isento de qualquer dever em razão de ascendência, sexo, raça, língua, território de origem, religião, convicções políticas ou ideológicas, instrução, situação económica, condição social ou orientação sexual”.